

Epistemologia, ciência e patologia mental

Desviância juvenil e toxicomania: um analisador epistémico(*)

CÂNDIDO MARTINS DE AGRA(**)

Não iremos aqui ressuscitar a questão epistemológica levantada por G. Canguilhem em 1943 e que consiste em saber se há ou não ciências do normal e do patológico. Procurámos antes saber se há ou não relações e qual a sua natureza entre ciências, sua crítica e os saberes do patológico e da patologia mental, ao longo do período histórico que vai do final do século XIX até hoje. Para tanto, estudámos o regime das ciências (nomeadamente as que mais directamente se poderão prender com a psicopatologia) e da sua crítica, as configurações do normal, do patológico e da patologia mental. Tentando verificar estes regimes e configurações na desviância juvenil, tomámos este objecto como *stock* de mensagens que podem revelar-nos como num *écran* a natureza da estrutura geral de que é elemento.

(*) O presente artigo é uma síntese da tese de doutoramento que o autor defenderá em princípios de 1983 na Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação na Universidade Católica de Lovaina (Bélgica). Este artigo será retomado e desenvolvido num dos próximos números da revista.

(**) Psicólogo. Docente no ISPA.

1. CIÊNCIA E SUA CRÍTICA

Acreditámos, não se tratou mais de que um acto de fé, numa relação de exterioridade entre epistemologia e procedimento científico. As epistemologias dirigir-se-iam à ciência através de um registo alheio àquele que a ciência utiliza na sua interpretação do mundo. Entretanto, as transformações que se operam hoje nas relações entre a ciência e sua crítica, entre a ciência e o mundo, permitem pôr radicalmente em questão semelhante crença. Coexistindo numa racionalidade que povoa o mundo da ciência e o mundo das individualidades (disciplinares ou viventes), a ciência e sua crítica participam duma nova racionalidade que dissolve as individualidades em sistemas, estruturas de comunicação e informação.

Ciência da ciência. A crítica tradicional da ciência inscreveu-se numa bio-lógica do nascimento (corte epistemológico) e do desenvolvimento dos seres disciplinares: em torno de seus dois momentos biológicos (nascimento e desenvolvimento) se multiplicaram as epistemologias como discurso legitimador da pretensão dos saberes à ruptura, à emancipação científica, como discurso

normativo produtor de regras de cientificidade, como discurso disciplinador das entidades disciplinares, como apologética, pedagogia ou terapia do crescimento na procura da verdade do invariante do mundo e dos seus factos.

É em razão do arquétipo filogenético que o positivismo se declara em ruptura com as filosofias metafísicas da transcendência, da coisa-em-si e do sujeito pensante absoluto. A epistemologia positivista dá-se por norma num espírito da espécie humana que dum estado teológico e dum estado metafísico atinge a sua emancipação. O seu estado adulto, no estado positivo, onde o quimérico e a fantasia dá lugar aos factos reais, o inútil ao útil, a incerteza à certeza, as indeterminações à determinação, a variação e o múltiplo ao uno e invariável.

Deslocado para o registo da linguagem, o positivismo (neo-positivismo) propõe uma estratégia epistemológica purificadora dos enunciados científicos visando o paralelo entre a linguagem científica e o mundo dos fenómenos; a linguagem é composta de preposições como o mundo de factos. Trata-se de fazer corresponder as preposições científicas aos factos, elas exprimem-nos, na condição de serem desembaraçadas de preposições sem sentido, (as preposições filosóficas que não reflectem o estado das coisas). O espírito neo-positivo é uma pedagogia que faz as entidades disciplinares evoluir de um dizer fantasmático para um dizer real, tradução fiel do mundo. Pedagogia da linguagem científica. O caminho de uma disciplina científica para a maturidade vai de par com a função de aquisição e elaboração de uma linguagem que traduza sem redundância nem falsificação os factos que constituem o seu objecto. Assim, as teorias científicas enquanto linguagem que diz o mundo devem ser sujeitas ao teste da falsificabilidade (K. Popper), da eliminação do erro na sua formulação do real estado das coisas. A novidade do neo-positivismo consiste pois em introduzir a linguagem no re-

gisto genético-evolutivo-normativo da ciência e de propor uma epistemologia que poderíamos apelidar de logopédica.

O «novo espírito científico» não está muito afastado deste registo ao fundamentar-se sobre a regra lógico-propositiva do não. Um não que coincide com um mecanismo de defesa (o recalçamento) de tudo o que entrave (obstáculo epistemológico) a progressão do conhecimento científico: a toda a subjectividade que releva dos estados arcaicos produtores de fantasmas e de ilusões. A. Comte identificou o estado metafísico a uma doença crónica do espírito. Bachelard, num mesmo registo biológico, prescreve um tratamento do arcaísmo cognitivo. O caminho para a objectividade científica é o caminho da doença para a saúde através dum agente normativo indutor do mecanismo de defesa que permite chegar à maturidade. Epistemologia terapêutica (psicanalítica).

Por seu turno, a distinção altusseriana entre prática teórica científica e prática teórica ideológica, que supõe a distinção entre juízos de facto e juízos de valor, entre o ilusório, o falso, o cultural, dum lado, e o verdadeiro, o real do outro, inscreve-se, apesar de sua vertente marxista, na mesma lógica de ruptura, do corte (epistemológico) engendrador do nascimento, do crescimento, da emancipação dos seres científicos.

Porém, a análise foucauldiana da ciência opera um primeiro golpe nesta bio-lógica normativa. Não se trata mais, com M. Foucault de legitimar o nascimento científico de individualidades disciplinares após as gestações filosóficas ou de diagnosticar estados patológicos, atraso de desenvolvimento e de lhes aplicar uma pedagogia ou tratamento. A «Arqueologia» não é uma análise epistemológica mas uma análise de epistemes⁽¹⁾, ela não se dirige ao discurso

(1) Conjunto de relações que podem unir as práticas discursivas donde emergem figuras epistemológicas e ciências.

científico para o interrogar sobre o seu direito à cientificidade mas sobre o facto mesmo de sua existência, sobre as condições de possibilidade das formações discursivas a partir do saber. A «genealogia» estuda a emergência dos discursos, articulando práticas heterogêneas (discursivas ou não), a partir das relações entre o saber e o poder, entre as práticas discursivas e os sistemas de controle em um dado momento histórico; com efeito o discurso é objecto de desejo e de poder. Assim se dissolvem as entidades disciplinares em «dispositivos» históricos, estruturas comuns de práticas heterogêneas. Não se tratou de saber se a biologia, a economia e a linguística constituem entidades científicas de direito, de analisar o momento de seu nascimento e determinar as condições de seu desenvolvimento até à maturidade, mas de encontrar as ligações subterrâneas e o esquema explicativo comum que regula a dispersão dos seus conceitos; não se tratou de interrogar a ambição da psicopatologia à cientificidade mas da emergência da prática discursiva da loucura na razão clássica cujos geodésicos ordenam e unificam a dispersão dos objectos do discurso psicopatológico; não se tratou de saber se a clínica é uma arte ou uma ciência mas da localização dos espaços, dos sujeitos, das modalidades de discurso que regem a dispersão dos enunciados da medicina clínica e lhe conferem unidade; não se tratou de discutir a legitimidade das ciências humanas, do seu estado de subdesenvolvimento em relação às ciências exactas e das condições do seu desenvolvimento para a maturidade, mas dos dispositivos históricos (prisão, sexualidade) e suas estratégias, donde emergem as práticas e os discursos de normalização dos corpos, dos espíritos, dos comportamentos.

M. Foucault abre uma via na crítica da ciência que a desloca da tradicional lógica genético-evolutiva-normativa das epistemologias, para uma lógica histórico-estrutural. Ora a metamorfose que se opera na ciência

contemporânea vem reforçar a opção de M. Foucault, num registo, que adicionando o comunicacional e informacional ao estrutural, ameaça a dominância da epistemologia tradicional. A análise de M. Foucault desmascarou uma epistemologia das entidades disciplinares autónomas revelando seus esquemas comuns na clandestinidade das relações com o saber e o poder. Mas estas ligações ou comunicações subterrâneas, que exigem uma arqueologia, aparecem hoje a céu aberto, as comunicações entre as ciências são postas à superfície do discurso pela própria prática científica e a ruína da lógica genético-evolutiva-normativa das epistemologias pela lógica estrutural-comunicacional-informacional torna-se reflectida e consciente. Trata-se duma epistemologia já não só de estrutura mas de ultra e interestruturas ou de estruturas de comunicação, segundo a expressão de M. Serres. A enciclopédia não é mais o sistema fechado de entidades disciplinares justapostas mas uma estrutura ou rede de comunicação em que se estabelece um movimento de troca entre as múltiplas e diversas regiões: transportes, importações, interferências, traduções, confluências. Os diferentes pontos constitutivos da rede de comunicação enciclopédica são religados entre si por uma pluralidade de ramificações. Sentido e razão, ciência e saber, formal e intencionalidade, comungam a partir de agora num mesmo destino. Razão no sentido: na descoberta do objecto arcaico da psiquiatria, M. Foucault é conduzido a falar de geometria; sentido na razão: para descobrir o objecto arcaico da física, Bachelard fala de psicanálise. (M. Serres, *La Communication*). Notável cruzamento, troca, importação, comunicação que não só é entre razão e sentido mas também entre regiões epistemológicas à primeira vista distantes, entre ciência e sua crítica. Com efeito, a crítica da ciência importa esquemas de análise das ciências exactas (os conceitos de estrutura, de comunicação e de informação). Reciprocamente as ciências

importam as questões da epistemologia: a questão da legitimidade faz parte da própria pragmática científica (J. F. Lyotard, *La condition postmoderne*) e a regulação do procedimento científico é assumida pelas próprias ciências surgindo assim aquilo a que M. Serres chama de «epistemologia interna».

A Física, para explicar o segundo princípio da termodinâmica teve de socorrer-se do problema epistemológico da relação entre sujeito cognoscente e objecto observado. E põe-no em termos que se opõem radicalmente ao idealismo, ao realismo, ao empirismo: sujeito e objecto constituem elementos dum mesmo sistema. Com Brilouin o observador e o objecto observado religam-se através do princípio de equivalência, negentropia/informação. Ligação em transacção tradutora e transformadora da subjectividade cognoscente em «fusus» e da «fusus» em informação (conhecimento). A relação sujeito-objecto constitui uma rede/sistema de comunicação-informação de objectos que recebem, registam, traduzem, transformam e emitem mensagens, informações. Sujeito e objecto não são mais que estruturas de informação em interacção da qual resulta uma objectivação do sujeito e uma subjectivação do objecto. O idealismo tinha eliminado o objecto. O empirismo tinha eliminado o sujeito. O registo informacional obriga sujeito e objecto a uma presença mútua e interactiva que enquanto sistema de informação equivale a uma intertradução.

Dissolvidas as entidades disciplinares em pontos, nós, ou estações de informação que se dispersam na rede de comunicação enciclopédica, importado o formal para o sentido e o sentido para o formal, afirmada a presença interactiva e interferente entre sujeito e objecto, forçados somos a pôr a questão de saber se a divisão tradicional das ciências em exactas, da natureza e humanas, é ou não rejeitada pela nova racionalidade da ciência da ciência. Quer do lado das

ciências exactas (cf. por exemplo Prigogini e Stengers, *La nouvelle alliance*) quer do lado das ciências humanas (cf. Moscovici), quer ainda do lado da filosofia e história das ciências (cf. M. Serres), o debate e a pesquisa inclinam-se decididamente para o termo do que se chamou as «duas culturas» e desloca-se para os espaços onde os dois oceanos (metáfora de M. Serres) comunicam: espaços transdisciplinares de uniformidades estruturais que se manifestam por traços e leis isomórficas quer seja ao nível do inerte, do vivo ou do social (por exemplo o princípio da ordem a partir da desordem, as propriedades gerais dos sistemas, a lógica da organização...). A ciência é mais de suturas, de confluentes, de interferências, de cruzamentos, de hibridações que de fronteiras, clivagens ou cortes. Com efeito, qual é hoje a nova ciência que em seu nome próprio possa esconder os estigmas duma sutura? (Os exemplos abundam: sociobiologia, biosociologia, astrofísica, bioquímica, sociopsicanálise, etnopsiquiatria...) E qual é o crítico ou prático da ciência que sem um retorno à representação leibniziana das ciências como «corpo contínuo, como um oceano» não vota sua crítica e sua prática ao envelhecimento? A assimilação do mundo das ciências e do mundo, é mais que uma metáfora, a ciência contemporânea empresta o seu olhar do mundo ao discurso crítico que sobre ela recai. Um olhar que de seu novo ângulo percebe sistemas sob as aparências da individualidade e dos objectos, «unidades multiplex» sob as aparências das descontinuidades, comunicações, interferências, informações sob as aparências das géneses, dos nascimentos (cortes epistemológicos) e das evoluções. Se o espírito (G. Batson), o pensamento (E. Morin) se tornaram ecológicos (sob o efeito das teorias da informação e da comunicação), o pensamento do mundo e o pensamento do pensamento ou a ciência da ciência participam da mesma racionalidade ao deslocarem-se duma lógica de individualidades viventes (bio-lógica) para

uma lógica de sistemas de informação e comunicação (eco-lógica).

Ciência e mundo. Dum mundo de individualidades (biológicas, psicológicas, sociológicas) que nascem, se desenvolvem e funcionam sob a regulação duma transcendência normativa que coincide com a espécie e o meio, a ciência interpela hoje um mundo de sistemas, de comunicação, de informação. Deslocamento de uma lógica do vivo, indivíduo (biológico, psicológico, social) para uma lógica dos sistemas organizados (vivos ou não vivos).

Na hora da sua pretensão à autonomia ou individualidade epistemológica, as ciências da vida, do comportamento e da sociedade são atravessadas por esquemas comuns que circulam (subterrânea e clandestinamente) dum domínio a outro. Domínios que relevam no final do século XIX não duma natureza geológica mas biológica. Tudo vive, o biológico, o psicológico, o sociológico: trata-se de encontrar o regime e especificidade de cada reino ou individualidade vivente, como se a vida não fosse possível sem a individualização do que vive. A ciência se defronta assim com um mundo de individualidades: individualidade biológica, individualidade psicológica (pessoal), individualidade social (resistamos à tentação quase irresistível de ler a individualização e especificação dos objectos da psicologia e da sociologia como mecanismo projectivo sobre o mundo dos fenómenos da aspiração, por parte das respectivas disciplinas, à individualidade científica. Não deixamos porém de constatar que as ciências ainda no final do século XIX se individualizavam individualizando o mundo). No trabalho de penetração da individualidade as três disciplinas funcionaram sob o efeito duma mesma regularidade, que consistiu na procura da individualidade elementar, onde qualquer divisão implicaria a perda irremediável da sua especificidade, e que constitui a base das variações complexas, na explicação das géneses, das evoluções e do funcionamento

da individualidade. Uma entidade, existe — a célula — cujos submúltiplos estranham a vida mas em cujos submúltiplos ela se complexifica; o reflexo/reacção constitui o elemento da vida psíquica (comportamento) e a horda é segmento de cuja multiplicação associativa a vida social se complexifica e em cuja divisão dissociante se desvanece. Células reflexo, horda, princípios individuais de especificidade da vida biológica, pessoal e social. Princípios a partir dos quais os três reinos da vida se geram e se desenvolvem. A célula contém o reino biológico, o reflexo o reino psicológico, a horda o reino social. A evolução e desenvolvimento são regidos por um princípio associativo/reprodutivo do elemento específico: o organismo pela reprodução e associação celular, o comportamento pela multiplicação e associação do reflexo, o social pela multiplicação/associação da horda. Quanto ao funcionamento, a individualidade implica um termo de regulação: o meio (interior e externo). Do meio interior dos organismos depende o seu equilíbrio total e a natureza de sua relação com o meio externo; de igual modo, as sociedades possuem um meio resultante do modo de composição dos agregados sociais (Durkeim), determinante da natureza da vida colectiva e das relações com o meio exterior (outras sociedades); enfim, o esquema estímulo/reacção supõe o esquema indivíduo-meio, o comportamento é termo numa relação, um outro termo condicionante. A teoria dos degraus de individualidade (A. Prenant) segundo a qual um ser vivo nasce como célula — indivíduo celular — e desaparece no indivíduo ou pessoa, para finalmente se apagar enquanto individualidade pessoal, se por um lado realiza uma representação da vida que individualiza por absorção totalizante (o biológico desaparece no psicológico e este no social), antecipa, por outro lado uma racionalidade que através do conceito de integração e de sistema permite a co-presença não-absor-

vente do biológico, do psicológico e do social.

Era necessário que, a partir da segunda metade deste século, as teorias da informação, da comunicação e dos sistemas abalasses como um sismo, que tem por epicentro a biologia, o sistema das ciências, para que os reinos separados (ou hierarquizados como em degraus) das espécies biológica, psicológica e social explodissem na lógica dos sistemas organizados. Um sismo que responde e realiza de forma eficaz uma vontade de totalização, uma necessidade de articulação e integração de modelos teóricos nascidas na biologia (biocibernética), na psicologia fenomenológica integração do biológico e do psicológico (ex.: Sherington e Goldstein), e nas ciências sociais (necessidades de «maitrise» dos grandes conjuntos humanos, escolas estruturalistas e funcionalistas). Era necessário abandonar o registo criador de linearidades bipolares ou antinómicas em que as relações duais mantêm a individualidade e o meio nos espaços do ontológico e substituí-lo por um registo que permita decifrar para além das simplicidades lineares as complexidades circulares, para além das determinações, o jogo das indeterminações e das regulações, para além da interioridade e da exterioridade o encaimento das integrações, para além das relações de entidades-terminos, as inter/intra/retro-acções dos sistemas abertos organizados. Dois conceitos chave permitem ao novo paradigma evitar quer o reducionismo analítico (redução do todo às partes) quer o reducionismo holista (das partes ao todo): os conceitos de sistema e de organização. Inanimados ou vivos, os objectos do mundo são organizações, sistemas (F. Jacob, *Le jeu des possibles*). Assim, as individualidades biológica, psicológica, social, se dissolvem em biosistemas⁽²⁾, em psicossistemas, em sociossistemas.

(²) Tomámos este termo a M. Audisio, *Psychisme et Biosystèmes*, Privat, 1978.

Biosistemas. A biologia, importando um novo olhar da física e da química (olhar renovador do segundo princípio da termodinâmica que traduz a ordem dum sistema organizado em informação) cria novos objectos. Desvitalizando a vida (como a física desmaterializou a matéria) não se ocupa mais de encontrar as suas propriedades junto dum mínimo de individualidade viva, mas de ligar o que a biologia do século XIX tinha separado: estrutura, função, projecto junto dum máximo de divisibilidade até ao inerte. É aos sistemas macromoleculares, nas nas regiões do não vivo que vai procurar a lógica da organização e da evolução. Como se a verdade do que é, não fosse decifrável senão do lado do que não é. Resultado: afinal a vida não é tão original como pensávamos, é poeira como o inerte; a única diferença reside no modo de organização e reprodução dos mesmos elementos físico-químicos, quer dizer, da ordem do sistema ou de sua informação. Trata-se, pois, no vivo não de seus contornos mas de códigos, mensagens, de redes ou estruturas de comunicação, de tradução, transdução, complexificação, integração.

Psicossistemas. O final do século XIX tinha de algum modo despiritualizado o psiquismo reduzindo-o à elementaridade do reflexo e ao determinismo mecanicista da conduta/reacção. Com o condicionamento, julgado o fundamento do comportamento, não sendo o psiquismo senão a epifenomenalidade de esquemas mecânicos, de atomicidades sensitivas e reactivas, operada assim a liquidação da subjectividade, a psicologia acreditou poder reclamar-se o estatuto de ciência positiva. Mas em vão; com efeito, e desde o início do século ela continha no interior de si própria o germen da contradição que a iria fazer fracassar na sua pretensão à objectividade atomista e mecanicista. O conceito de reflexo, graças à rectificação operada por Sherington e Goldstein, perde toda a significação finalista, mecanicista e atomista: o movimento re-

flexo integra-se na totalidade orgânica e participa do sentido do movimento estabelecido entre o organismo e o meio (confluência entre o biológico e a subjectividade em que a intencionalidade e o sentido ganham a materialidade orgânica e o organismo a subjectividade). Atravessada por toda a espécie de dualismos e contradições a Psicologia é forçada a abandonar o seu projecto empirista e a reconhecer o carácter esquizóide da sua prática discursiva. Mecanicismo, vitalismo, atomismo, holismo, não cessaram de se reclamar cada um de seu lado o verdadeiro conhecimento explicativo dos processos psíquicos e comportamentais, até ao momento em que o babelismo psicológico, como todo o babelismo científico se encontra confrontado com o projecto de uma nova racionalidade e duma linguagem comum no universo científico (a linguagem dos sistemas, da informação, da comunicação) e onde a vontade de totalização iniciada por Sherrington e Goldstein encontram novas condições de existência a partir duma biologia revolucionada pelo segundo princípio da termodinâmica. Assim, o mecanicismo reflexo vai diluir-se numa cibernética neuronal e o comportamento/ reacção na lógica da organização do sistema psíquico. Através do novo paradigma (adentro do qual se processam um certo número de investigações actuais) a psicologia pode reafirmar em linguagem e por procedimento científico a impossibilidade de liquidação da subjectividade sob pena de liquidação da objectividade e/ou da materialidade. Com efeito a natureza da «fusus» e da «psyché» tornou-se indiferenciável, uma é tradução da outra; matéria é alma, alma é matéria. Podemos finalmente afirmar a necessidade e a universalidade da alma na condição de demonstrar cientificamente a sua materialidade, a alma é universal e imortal porque é material.

Sociosistemas. De igual modo o social se tornou universal. Em duplo sentido, quanto ao seu espaço e quanto à sua lógica. Ele é imanente ao universo: sociedade planetária

(sistema das sociedades), sistemas sociais, sociedades animais, sociedade molecular⁽³⁾. A horda primitiva não constitui, como pensava Durkheim, o elemento primo do social. E o sistema social não coincide com o último grau de complexificação societária. O social passou a inscrever-se ao mesmo tempo no projecto das codificações biológicas (sociedades animais inscritas na informação genética) e no trajecto complexificante da multiplicidade das interacções sociais, que conduz ao sistema das sociedades. O sistema social não encontra a sua lógica no interior de si próprio mas no aquém da materialidade biológica da sua génese e num além de universalidade humanitária o seu destino. Desmaterializada a matéria, desvitalizada a vida, despsicologizado o psíquico, o social não podia ficar alheio à metamorfose que transforma um mundo de individualidades vivas em mundo que é de sistemas, organização, códigos, mensagens, informações.

2. DA DEGENERESCÊNCIA À DES-COMUNICAÇÃO

A recente tese de R. Castel (*La gestion des risques*) fez-nos saber que entramos hoje num após psiquiatria e um após psicanálise, mesmo se estas disciplinas não foram ainda votadas ao desaparecimento. Uma nova configuração do discurso sobre a doença mental se desenha, em que o paradigma tradicional deixa de dominar. Podemos decifrar a natureza da nova configuração e traçar o perfil da sua emergência, à luz da metamorfose que se opera na ciência e sua crítica? A nossa análise das racionalidades do patológico desde o final do século passado até hoje, permite-nos estabelecer um paralelo

(3) J. M. Lehn, prof. no Collège de France, define a química como sociologia das populações moleculares.

entre as transformações que se operam na ciência contemporânea e a nova configuração da prática discursiva que tem por objecto o patológico, como se a psicopatologia no seu parasitar dos saberes não pudesse deixar de veicular as suas mutações. A loucura foi desrazão na configuração clássica como o demonstrou a brilhante análise de M. Foucault. De degenerescência e perigosidade desde a segunda metade do século XIX a loucura torna-se hoje descomunicação, é o que tenta demonstrar a presente análise.

A medicina mental do final do século XIX viu-se forçada a conciliar a sua vocação de medicina social e uma vontade, que era uma necessidade e exigência de cientificidade. Do lado da sua vocação, vê-se confrontada com um corpo social ameaçado na sua segurança pelos grandes factos de patologia que são a criminalidade e o alcoolismo; dispositivo constituído sob o efeito duma regularidade que releva mais do moral e da ordem social que do médico e do científico, à medicina mental compete desenvolver táticas profilácticas que entronquem na estratégia de segurança social. Do lado da sua pretensão à positividade científica e enquanto medicina, não pode ficar estranha, sob pena de descrédito, ao arejamento científico que atravessa a medicina e nomeadamente às descobertas sobre o sistema nervoso. Cruzar os corpos e o corpo social, em suas leis e suas regulações eis a regra reitora da produção da prática discursiva da medicina mental da qual vão emergir os corpos e os espíritos perigosos e degenerados. Mas como pode a medicina mental operar um tal cruzamento sem trair o esquema explicativo do normal e do patológico, próprio quer à ciência da morbidez dos corpos quer às ciências da morbidez do corpo social? Critérios biológicos ordenam o conceito de normal e de patológico na medicina e na sociologia. O referente da saúde e da doença é a vida e a morte. Como a individualidade vivente, a doença é fenómeno de génese, de desenvolvimento, de

funcionamento, na referência ao termo espécie e ao termo meio. Não há fenómenos patológicos em si mesmos, nem fisiológicos (C. Bernard), nem sociais (Durkheim); o que define um facto patológico é a sua relação a um duplo termo: a espécie que determina o estado fisiológico ou sociológico, o meio que define as suas condições de existência, de desenvolvimento e funcionamento. Patologia é desvio (por excesso ou defeito, por presença ou por ausência) dum estado normal (fisiológico ou social) próprio duma espécie (biológica ou social). A glucose no sangue não é patológica senão em razão de seu desvio — a diabetes — (por exagero) duma quantidade normal própria do estado fisiológico característico da espécie humana em condições normais (C. Bernard); a criminalidade no final do século não é patológica senão em razão do seu desvio por exagero duma criminalidade normal própria a todas as espécies do social em suas condições de existência e desenvolvimento (Durkheim). Vida e patologia (dos corpos e do corpo social) sob um mesmo esquema explicativo: individualidade-espécie-meio. A vida, em sua expressão biológica e social, e o que a ameaça constituem uma mesma natureza.

É esta racionalidade biológica do normal e do patológico e o seu esquema explicativo espécie-indivíduo-meio que permitem à medicina mental responder à sua vocação e realizar a sua pretensão à individualidade epistemológica no cruzamento dos corpos e do corpo social, num movimento de aproximação da medicina científica por um lado, e da criminologia (ou ciências da patologia do corpo social) por outro. As entidades clínicas do sistema fechado de Kreplin vêm assim deslocar-se, por força deste movimento, do seu habitual espaço ontológico para as novas regiões do biológico, para o espaço da vida. Não há mais doença mental em si mesma, a loucura não é mais a coincidência consigo própria. Patologia mental é o desvio duma normalidade cujo referente é a espécie e as suas condições de existência, ou o meio.

A teoria da degenerescência de B. Morel e seus discípulos (Magnan e Legrain) constitui a estratégia teórica desta racionalidade. Trata-se, para B. Morel não do deciframento duma entidade na periferia dos sintomas mas da procura, no encadeamento que vai do disfuncionamento do sistema nervoso aos subtractos mentais (predisposições mórbidas hereditárias ou adquiridas) e destes às condições de existência, das causas longínquas do que constitui a natureza da alienação mental: um desvio da lei da gênese, do crescimento e da reprodução do tipo normal da humanidade. A patologia torna-se com Morel uma patogenia e o método clínico e sintomático uma etiologia. A série sintoma-lesão funcional-predisposição-meio-espécie permite a Morel uma síntese explicativa que ordena a confluência da degenerescência e da alienação mental; dos enunciados da medicina científica, da genética e das ciências da patologia social; do doente, do alienado, do delinquente; do indivíduo, da sua espécie e da sua classe e sistema social. Transgressor do mandamento originário ordenado à variedade dos vivos, o doente mental vem inscrever-se no número daqueles que não crescem nem se multiplicam segundo a sua espécie. Onde, a sua condição de perigoso enquanto não valor para si, para a sociedade e para a espécie, e o dever social de tratar e de proteger o alienado-degenerado para seu próprio bem, do meio social e da continuidade da espécie.

O estudo em que procuramos dar conta da configuração que apresenta a medicina mental no final do século XIX na Bélgica levou-nos à conclusão que a dispersão de seus objectos, enunciados, conceitos, teorias e práticas emerge na filiação da teoria da degenerescência. Perigosidade e degenerescência pareceu-nos constituírem as coordenadas reitoras de uma prática discursiva que de 1893 a 1901 (período sobre o qual nos debruçámos) se deu por objectos privilegiados o sistema nervoso, o alcoolismo, a criminalidade, a infância, a paralisia geral. Em

torno destes objectos, que relevam ao mesmo tempo da patologia social e da patologia orgânica, a medicina mental na Bélgica fez confluír os enunciados da medicina científica e experimental (nomeadamente referentes ao sistema nervoso) da criminologia e do direito penal (nomeadamente a racionalidade da defesa social), da assistência e tratamento. Esta confluência permite à medicina mental realizar a sua necessidade de cientificidade (a constituição da sociedade de Medicina Mental da Bélgica constitui, segundo os seus estatutos, uma resposta a tal necessidade) e responder à encomenda social e política de resolução do problema dos não-valores humanos, que cavando a sua própria ruína, cavam também a da sociedade e da espécie (defesa social). Teorizemos, experimentemos, tratemos, assistamos e previnamos: a paralisia geral cuja etiologia é a patologia social (alcoolismo, sífilis), cuja evolução retroage sobre o social nas suas manifestações imorais, delinquentes, criminosas e sobre a espécie na sua transmissão engendradora de degenerescências; as crianças, testemunho vivo e precoce do não-valor, das passadas reproduções e crescimentos degenerativos e projecto de futuros valores evolutivo-reprodutivos. A medicina mental inscrevendo o seu discurso na racionalidade da defesa social e da degenerescência respondeu a uma vontade de comunicação subterrânea ou clandestina entre os corpos, os comportamentos e o corpo social através do esquema biológico indivíduo-espécie-meio. Vontade que lhe não era exclusiva pois que sua aspiração à cientificidade teve de acordar-se com a sua vocação de levar a segurança a uma sociedade e a uma espécie ameaçadas de ruína. Com efeito, que disciplina podia fazer cruzar indivíduos, populações, meio social, espécie humana num sistema de ciências arborescente, num momento em que as disciplinas se arrogam à individualidade e à ruptura epistemológica na positividade científica, senão a disciplina que vive dos empréstimos das demais? Desta

vez, é a importação do esquema explicativo indivíduo-espécie-meio (racionalidade biológica do patológico) que vai servir a estratégia de aproximação da medicina científica (patologia tratamento dos corpos) e da criminologia (patologia/defesa do corpo social).

Sucedem-se um período que vai dos anos 30 aos anos 70 em que o esquema biológico indivíduo-espécie-meio abandona a sua referência ao hereditário, à espécie e se dobra numa racionalidade psicológica (uma primeira psicobiologia) que numa vontade de totalização do esquema indivíduo-meio não consegue evitar o dualismo, sem contudo privilegiar um dos termos, ora a subjectividade (psicosomática) ora o situacional (psicossociologia). Com Bergson, o biológico e o psicológico interferem, a vida assume subjectividade, vivo e consciência participam dos mesmos atributos: mudança, invenção, criação. Vida não é repetição mas réplica. Participando da mesma lógica da vida, a saúde é capacidade de mudança e adaptação à mudança, invenção e criação de novas normas. Ser normal não é simples estado de conformidade com uma média detentora da lei-norma ditada pela espécie e por suas condições de existência. O normal é tensional e tendencial. O esquema indivíduo-meio não é mais o cenário onde as forças biogénicas ou socioeconómicas vêm exibir seus efeitos patológicos ou patogénicos, mas o espaço totalizador onde o jogo das interacções e das relações vem revelar a verdadeira natureza do ser, a sua tendência à realização criadora de si nos meios que atravessa (sua normalidade) ou a sua incapacidade de se inventar na existência (sua patologia).

Sob o efeito da racionalidade psicológica do biológico, esta revisão do conceito de normal e patológico vai da biofisiologia (Goldstein, Canguilhem) à psicopatologia. A esta última região do patológico se propunham a entrada de novos objectos que relevam dos desfasamentos entre um meio social em mudança a caminho para o progresso e estruturas psíquicas que não só não pro-

pulsionam este movimento como sobretudo o entravam pela sua incapacidade de adaptação ao novo. A psiquiatria é pois chamada a uma estratégia de equilíbrio entre os indivíduos e o seu contexto em mudança. Ora, uma representação da doença mental enquanto degenerescência e perigosidade não pode servir tal estratégia. Um novo regime deve emergir, que na bipolaridade indivíduo-meio, substitua a perigosidade, a degenerescência pelos desfasamentos, pelas incapacidades, pelos atrasos. Doença é desadaptação. O critério do que é, e não é, patologia mental não é mais ditado pela lei detida pela espécie ou as exigências de segurança social, mas por uma vontade de adaptação implicativa da presença totalizante das potencialidades orgânicas, mentais e sociais do sujeito. Não se trata só de bem crescer e de bem reproduzir, mas sobretudo de bem produzir, de bem aprender, de bem progredir. A psiquiatria é pois forçada a reorganizar-se em torno do sujeito enquanto totalidade orgânica e psíquica (organodinamismo) e das interacções com o seu pólo correlativo — o meio (psiquiatria social) importando na prática discursiva da psicanálise e somando-a ao esforço de cientificidade que vem do século XIX, no que respeita ao indivíduo; importando da psicossociologia no que respeita às relações do indivíduo e das situações que atravessa.

Entretanto, e a partir do meio do século, a teoria da informação, da comunicação e dos sistemas penetra o pensamento científico contemporâneo. A individualidade vai explodir no circuito-sistema constituído pela comunicação entre o microbiológico (biologia molecular, biogénica, bioquímica) e o macrosocial. O biológico, o psicológico, o social perdem a sua individualidade vivente (cf. I) num mundo que se tornou de sistemas, códigos, mensagens, informação e comunicação. Por outro lado, a estratégia de protecção generalizada que se prendeu com a racionalidade da defesa social e culminou na «segurança social», no «estado-providên-

cia», entra em crise (em França nos anos 60) em virtude do desfasamento entre a produção e os custos económicos da saúde. Um novo regime do normal e do patológico, da saúde e da doença, vai pois surgir no cruzamento da metamorfose das ciências da vida com a necessidade duma nova política da sua governação. A comunicação entre o sociocultural e o sociobiológico ordenam um encadeamento de esquemas em que a bipolaridade indivíduo-meio se dissolve. Um primeiro esquema, comportamento-funcionamento social abre a categoria das desviâncias à doença em geral (T. Parsons); um segundo, populações-sociedade-cultura desloca o patos do indivíduo para os sistemas («doenças de civilização», etc.); finalmente o esquema sociedade-natureza-espécie ordena o nível em que os elementos do sistema (macro social e micro biológico) inter/retro/agem e que faz ressurgir a referência à espécie (doenças genéticas). De novo, a doença é questão de comportamentos, de sociedades e da espécie, mas numa outra racionalidade: sistémica-informacional-comunicacional. Macro social e micro biológico não só interferem como funcionam numa mesma racionalidade: saúde é comunicação e informação correcta; doença é erro, ruído, comportamento inadequado, desvio duma ordem, dum programa, dum código. Doença é degenerescência mas mal entendido entre indivíduo e funcionamento social, entre populações e codagem sociocultural, entre código genético, enzimas e fabricação de proteínas. A epidemiologia, tornado o instrumento privilegiado de diagnóstico do estado de saúde do corpo social e da espécie, mede os ruídos, os erros, os mal entendidos das populações, das classes sociais, das classes de idade, dos conjuntos humanos e moleculares na leitura dos códigos, das mensagens socioculturais, biológicas, genéticas. A prevenção, quer ao nível microbiológico (ao que se chama imunização fundamental) quer ao nível sociocultural (ao que se chama prevenção primária) tende, numa política de

dinheiro útil e de eficacidade, a substituir a medicina reparadora através dum registo informacional: reprogramação das populações moleculares e da informação genética, informação/informatização das populações humanas.

Aqui ainda, não é necessário ir procurar a explicação das doenças em forças ou leis de natureza diferente daquelas que regem a vida. A vida, como o que a ameaça, é de sistemas, códigos, mensagens, informações: quer no termo de seu mínimo engendramento (organização molecular) quer no termo de sua máxima complexificação (humanidade, espécie) quer ainda no ponto de confluência dos dois termos (código genético). É esta nova racionalidade da vida e da patologia que rompe os limites da medicina científica tradicional e regula a nova configuração que hoje se desenha. A governação da vida não é de reparações, segurança e protecção da linearidade evolutiva-reprodutiva de seus pontos intermédios mas de prevenção, previsão, programação, informação da circularidade entre os seus extremos. A estratégia consiste mais na produção/programação da vida que na defesa contra a morte, ou antes, a defesa contra a morte é programação/produção da vida.

É verdade que o final do século XIX antecipou, embora dentro duma racionalidade biológica esta comunicação entre o biológico e o social através da medicina mental. Sob o regime da degenerescência e da defesa social constituiu aquilo que chamáramos uma primeira bioantroposociatria que não só antecipa como funda ao mesmo tempo uma genética, uma neurologia, uma sociologia e uma antropologia das doenças mentais. Só ela podia fazer comunicar reinos separados do vivo num momento em que as demais disciplinas se individualizam. Depois, enquanto saber que aspira às perturbações da subjectividade pode inscrever-se numa estratégia que dobra o esquema biológico indivíduo-meio duma racionalidade psicológica. Mas as ciências contemporâneas

comunicam, o biológico, o psicológico, o social interferem, cruzam-se, dobram-se por auto-regulação sem necessidade de recurso a uma extra-disciplina produtora de inter/transcomunicações subterrâneas e clandestinas. Por seu turno a biopolítica toma nova estratégia e a patologia entra numa nova racionalidade. A medicina mental é assim votada à desestabilização, entra em crise e banaliza-se, para utilizar a expressão de R. Castel, numa nova configuração que ela deixou de dominar. Podemos encontrar a regularidade que ordena a dispersão dos objectos, enunciados, conceitos, teorias e práticas desta nova configuração?

Os objectos do discurso sobre a alienação mental não se encontram mais na densidade individual das concentrações energéticas, das linearidades causais, das forças determinísticas, mas nas rarefações infra-individuais do bio-molecular e supra/meta individuais do sociocultural. Grupos (por exemplo o gang), organizações (escolas, hospitais, espaços de consumo e tempos livres, etc.), instituições (durante os últimos anos a família tornou-se objecto privilegiado), sociedades (a sociedade industrial seria patogénica), os conjuntos humanos socioculturais (etnias, emigrantes...), a espécie (doenças mentais genéticas: alterações cromossómicas como o síndrome XXY, ou genes responsáveis por um certo número de comportamentos desviantes como o pretendem as teses da sociobiologia), uma dispersão de objectos regida pelo cruzamento de três eixos fundamentais: micro-biológico, social e antropológico. Qual o sujeito que os fala, como os fala e de que espaço?

O hospital e seus prolongamentos (sector) deixa de ser o espaço de produção do discurso, o médico seu principal sujeito e a clínica seu regime normalizador. Ao hospital e suas extensões se substituem por um lado, os dispositivos especializados em alta investigação de ponta nomeadamente em neurologia, biologia molecular, genética, bioquímica, dum outro lado uma diversidade de

instituições como os centros de acolhimento, hospitais-dia, as chamadas estruturas intermédias (apartamentos terapêuticos, comunidades terapêuticas, etc.), centros especiais para crónicos; o papel do médico torna-se secundário em relação ao poder administrativo e saberes técnicos que o secundam: aplicação de inquéritos estudos epidemiológicos, observação de populações, tratamento informático de dados, etc. Com efeito o regime contínuo da assistência e tratamento deixou de ser determinante em relação a uma biopolítica de prevenção/programação. E se espaço ainda há para reparações, para os cuidados, encontra-se aberto à invasão por toda a espécie de «terapeutas» chegados das mais diversificadas regiões (assistência social, pedagogia, psicologia, ginástica, teatro, música, pintura, dança...) como se uma lógica liberal do «tudo é bom» presidisse à tática terapêutica. E como se houvesse dois campos distintos de intervenção: o do tratamento/assistência, secundário e aberto a toda a iniciativa privada onde não importa o quê e não importa quem se reclama da clínica e do terapêutico; o das programações e investigação de ponta reservado a hiper-especialistas, à administração e a saberes satélites (informática, estatística, epidemiologia). Por seu turno, a pureza do regime clínico cede lugar a um paradigma composto das interferências da física, da biologia, da neurologia, da sociologia, da antropologia (cf. por exemplo, H. Laborit). Um novo olhar se instala, multifacetado, que não procede de nenhuma disciplina em especial, mas da organização de um conjunto de elementos emergentes das circulações e das comunicações transdisciplinares que se inscrevem numa vontade de conhecimento totalizante, numa estratégia de regulação dos grandes conjuntos humanos e da espécie, numa necessidade de universalização e de linguagem científica unitária. Em suma, o sujeito do discurso constitui uma dispersão ao nível daquele que fala, do espaço donde fala e da maneira como fala; dispersão que

encontra a regra de sua continuidade numa mudança de estratégia nos dispositivos de normalização das populações e nas interferências dos enunciados biológicos, sociológicos e antropológicos.

Mas se o referente terapêutico se banaliza e se torna secundário o mesmo acontece com o seu termo correlativo, o conceito de patológico. Abolidas as fronteiras entre o normal e o patológico (que a primeira metade do século XIX tanto batalhou em demarcar), dissolvidas as individualidades biológica, psicológica, social na continuidade integradora dos bio-psico-socio-sistemas, um conjunto de noções híbridas e vagas fazem o seu aparecimento e não cessam de articular diferentes objectos e planos de discurso. Assim a noção de «handicap», de «risco», de «desviância» tendem hoje a impor-se e a substituir o conceito de doença e de patologia quer pelo seu carácter de generalidade, quer por sua força explicativa e seu valor pragmático. Num mundo que se tornou de sistemas, de códigos, de mensagens, comunicações e informações, a natureza do mórbido releva dos comportamentos, do desvio dos códigos, das incapacidades de descodificação e emissão de resposta adequada; num mundo onde o biológico e o social interferem e comunicam, as desordens biológicas e sociais religam-se, a delinquência, o político e a doença inter-traduzem-se: o mórbido é transgressividade e in/descomunicação caótica e amorfa; numa estratégia que se desloca da assistência/reparação para a prevenção/previsão/programação, o risco toma o lugar da perturbação funcional e do sintoma. A noção de handicap e de desviância ordenam pois uma multiplicidade de objectos (que vão do sociocultural ao microbiológico) ao novo regime conceptual do patológico que desconhecendo o limite da normalidade faz coexistir num mesmo espaço teórico-prático toda a espécie de não resposta ou de resposta inadequada verificada no sistema dos códigos bioantropossociais.

Enfim, as teorias têm-se dispersado de há

dez ou quinze anos para cá em torno do social (sociologia das doenças mentais), do cultural (etnopsiquiatria) e do biológico (bioquímica, biogenética, biocibernética). Esta dispersão não pode senão prender-se com uma prática discursiva tecida por uma rede de relações entre objectos, enunciados e conceitos cuja regularidade decorre do encontro entre novas superfícies de emergência do patológico, nova estratégia da sua gestão, novas grelhas da sua percepção, seu novo regime conceptual. As três grandes linhas teóricas, mesmo se elas se pretendem autónomas, o seu destino é a confluência transdisciplinar numa estratégia que chamaríamos de bioantroposociatrícia, regulada por uma lógica sistemática-informacional-comunicacional. É esta lógica que permite à escola de Palo Alto declarar-se em ruptura epistemológica, desde as formulações de G. Batson sobre a ecologia do espírito e a teoria da esquizofrenia, com a psicanálise e a psiquiatria. Com efeito, estes últimos funcionam com base em princípios de causalidade linear e da energia (primeiro princípio de termodinâmica). Ao contrário as correntes sistemáticas e da comunicação fundam-se sobre o segundo princípio da termodinâmica, sobre os conceitos fundamentais de sistema, de informação, de comunicação, de causalidade circular e retroactiva. A nova configuração que a psiquiatria e a psicanálise deixam de dominar é uma bioantroposociatrícia regida pelo esquema sistema-informação-comunicação. A metamorfose geral da ciência abala profundamente os fundamentos da construção psicopatológica e traça o perfil da nova formação.

3. DESVIÂNCIA JUVENIL E TOXICOMANIA: UM ANALISADOR EPIS-TÉMICO

Chamamos analisador epistémico a um objecto cujas regras de construção nos revelam o sistema geral de que é elemento ou o

regime dum a configuração discursiva. Queremos dizer que o discurso em torno das «crianças irregulares» ou «anormais» no final do século XIX e a categoria recente da desviância juvenil, a toxicomania, nos revelam e nos confirmam as racionalidades do normal e do patológico que acabamos de descrever.

Assim, os dispositivos de protecção da criança emergem como tecnologia de profilaxia social inscrevendo-se na estratégia de luta contra o crime e contra a loucura. Do lado do direito penal e da criminologia, os ideólogos da «defesa social» (como A. Prins) consideram tardia a intervenção sobre o delinquente adulto e que a protecção e educação das crianças (nomeadamente aquelas que estão em perigo ou são perigosas) constitui a tática por excelência de prevenção do crime e da delinquência. Do lado da medicina mental, os médicos alienistas fazem da criança um objecto privilegiado de discurso: herdando a fatal tendência para as doenças mentais, a criança abandonada pertence à grande família dos degenerados; a luta contra a degenerescência, contra a loucura, impõe a vigilância, a protecção, a correcção das géneses e dos crescimentos bloqueados, em atraso ou em desvio. O sistema degenerescência-defesa social constitui pois o referente da emergência dos saberes e das práticas que têm por objecto a criança «irregular», «anormal», «em perigo» ou «perigosa». É no transcurso entre a génesis e a maturidade que os corpos, os espíritos, os comportamentos revelam o seu afastamento dum a normalidade evolutiva detida pela espécie, é no espaço ontogenético que a acção correctiva ganha, a prazo (no momento em que o termo da génesis se integra no corpo social) todo o valor de eficácia.

Uma bio-lógica que supõe o esquema indivíduo-espécie-meio fundamenta uma estratégia bioeconómica que investindo na ontogénese ganha na filogénese e no corpo social. A criança é ao mesmo tempo dejecto e projecto. Dejecto de produções degene-

rativas, dos meios malsãos (criança-dejecto); projecto de futuro cidadão, são reprodutor/ /produtor numa cidade sã. Vigiem os espaços populacionais onde a corrupção moral mina a espécie e ameaça a ordem social. Detectemos os dejectos das populações, das géneses e dos crescimentos, retiremo-los e adaptemos-lhe um meio especializado em fazer valor do não valor pela correcção do que desvia, estimulação do que se atrasa, desbloqueamento do que pára, na ordem evolutiva dos corpos, das mentes e dos costumes.

O discurso jurídico e penal, num período que no que respeita à Bélgica, localizamos entre os anos 60 do século XIX e 1912, e sob o tema do poder parental e da protecção da criança, tratou numa primeira fase da legitimidade, por parte dos poderes públicos, em retirar o poder de educar aos pais que por demissão, ou incapacidade, ou ausência, votam os seus filhos ao abandono, numa segunda fase ocupou-se da promulgação dum a série de medidas legislativas que culminaram com a lei de 1912 sobre a protecção da criança. Esta lei que proclama a queda do poder parental desloca o problema da criança dum a lógica do direito para uma bio-lógica económica. Não se trata de saber se os pais têm ou não o direito natural de educar, mas sim de saber se a família constitui de facto um meio educativo próprio ao crescimento normal (físico, mental e moral) da criança: Não se trata mais de punir o acto delinquente da criança mas de perscrutar na superfície dos comportamentos a profundidade dos bloqueios, dos desvios, dos atrasos e de lhes adaptar um meio específico. É nesta lógica que a lei cria o tribunal de menores, dispositivo destinado a substituir à atribuição das penas a anulação de poderes, à averiguação de responsabilidades e discernimentos, o diagnóstico de anormalidades. Quanto ao discurso médico-mental, participa na lógica que legitima a mudança de registo (do penal ao bio-educativo) e cabe-lhe sobretudo a produção dos instrumen-

tos teóricos e práticas de detecção, diferenciação e classificação das anormalidades e organização dos meios especiais próprios ao seu tratamento: produção duma ciência da criança «irregular», regida pelo sistema hereditariedade/espécie-meio-desenvolvimento-degenerescência-perigosidade. É assim que no cruzamento das classificações de Decroly (baseadas em critérios fisiológicos, psicológicos e pedagógico-terapêuticos) o conceito de criança «irregular» ou «normal» se alarga para recobrir uma população de objectos que se dispersa entre os «irregulares das funções vegetativas» e os «associais educáveis». E quanto à educação, J. Demoor propõe uma teoria baseada nas leis que regem a génese e o desenvolvimento do corpo, da inteligência e do sentimento moral próprias da espécie humana.

A profilaxia da patologia social obriga à convergência do direito penal e da medicina mental numa mesma racionalidade que faz emergir a criança anormal como objecto privilegiado de intervenção. As condições de possibilidade e as modalidades desta intervenção exigiram a continuidade e a aliança entre as duas instâncias cujo discurso entrecruzado tece os dispositivos que aplicados sobre os corpos, as mentes, e os hábitos morais das crianças preparam de longe o cidadão de corpo e espírito são na cidade são. A resolução do problema da grande lixeira humana está encontrada: vigiar, proteger as génese e os crescimentos desde a raiz do ser até à maturidade, desde a ordem biológica à ordem social. Os dispositivos medico-pedagógicos, como tecnologia inscrita na estratégia da defesa social e luta contra a degenerescência constituem uma bio-economia dos não-valores humanos.

Tais dispositivos, apesar de sua readaptação na racionalidade psicológica (a psicanálise, a psicologia e a psiquiatria infantil mantiveram-nos, emprestando-lhes uma outra lógica) vêm-se hoje condenados ao fracasso face a novas expressões desviantes da adolescência e da juventude por um lado,

face a novas formas de controle das desordens surgidas no movimento de desjudicialização e despsiquiatrização) por outro. Com efeito, como poderia a educação e tratamento da adolescência e da juventude continuar a constituir uma técnica profilática se ela mesma se torna uma patologia social? Seja a toxicomania. Ela representa uma das ameaças mais temíveis não só para a ordem social como para a ordem biológica (espécie). Figura cujos traços deixam ler doença e delinquência é, no final do século XX o herdo do alienado delituoso, do alcoólico, do degenerado do século XIX. Difícilmente tratável e constituindo uma ameaça biológica e social a estratégia consiste mais em preveni-la que remediá-la. É verdade que o final do século XIX funcionou também numa estratégia preventiva, mas dentro duma racionalidade biológica que conduziu a uma técnica que aplica meios específicos a génese e evoluções e a um saber de bem fazer crescer (dispositivos medico-psico-pedagógicos).

A prevenção da patologia social como a toxicomania funciona hoje porém numa racionalidade sistémica-informacional-comunicacional manipulando a articulação de dois extremos: microbiológico e sociocultural. A técnica não consiste especialmente em retirar do meio e aplicar um meio especial onde a luta entre o mal ou seu gérmen e poder-saber normalizador se dá em espectáculo no relevo do social, mas ao contrário dá o mal ao seu espaço, espaço cuja invisibilidade esconde a actuação muda duma rede que põe em comunicação uma multiplicidade de dispositivos. No pólo do sociocultural: dispositivos policiais especializados em tráfico de droga (aquilo a que se chama a prevenção repressiva), dispositivos técnico-administrativos especializados na detecção das zonas de risco de consumo de drogas (estudos epidemiológicos: recolha de dados informativos junto de escolas, bairros, hospitais, inquéritos à população, etc.) dispositivos de informação/formação destas

zonas (sob a acção de professores mediadores, educadores de rua, terapeutas de bairro, animadores socioculturais, infor-jovens... (aquilo a que se chama prevenção primária), dispositivos de tratamento, como as comunidades terapêuticas, a terapia na prisão, centros de acolhimento de jovens, *freeclinics*, hospitais-dia onde as novas terapias encontram nestes dispositivos terreno privilegiado de expansão (o que se chama prevenção terciária), constituem um sistema ou rede de comunicação onde circulam as informações que no movimento de in-put levam à previsão das zonas de risco, e no movimento de out-put ao seu trabalho informativo-comunicacional. No pólo oposto do microbiológico a investigação orienta-se na procura de substâncias cujas mensagens químicas reprogramem o organismo, nomeadamente os centros de prazer, sem que provoquem dependência. O estudo dos neuro-mediadores como as endorfinas permitem antever, desde 1975, a descoberta de novos analgésicos tão potentes como os opiáceos.

Ao nível bioquímico ou ao nível sociocultural uma mesma lógica preside à estratégia preventiva: reprogramar os corpos e o corpo social. Não se trata de anular a desordem mas de criar nova ordem a partir dela. Se o drogado é o incomunicável infeliz do seu meio social, reprogramemos uma sociabilidade do prazer comunicacional na família, na escola nas relações interpessoais. Se o drogado é o insatisfeito dos prazeres da espécie reprogramemos a informação genética do prazer. A estratégia profiláctica consiste numa antecipação da patologia, em prevê-la, em recuperar-lhe a lógica e inoculá-la nos corpos e no corpo social. É uma vacina ou um contra-fogo. Política que combate o mal a partir dele próprio. Nesta política a medicina mental não tem senão uma função de correia de transmissão. Com efeito, no que respeita às psicoterapias, o toxicómano abandona-as com facilidade, quanto às chamadas terapias de substituição elas mantêm-no na de-

pendência (exemplo, a metadona) e do ponto de vista nosográfico não é classificável em qualquer entidade clínica. O campo do tratamento tornou-se pois baldio, está aberto a quem nele queira vir semear e ceifar o que bem entender (desde as novas terapias aos métodos mais repressivos passando pelos híbridos de repressão e terapia), como se aí não residisse o lado sério da questão. O sério está do lado da prevenção/previsão/programação sociocultural e microbiológica, terreno privado dos poderes político e administrativo e dos saberes ligados à informação-comunicação-programação dos sistemas humanos e moleculares.

A toxicomania é objecto que revela e realiza uma agonia e um nascimento. Agonia da configuração clínica e dos dispositivos tradicionais de disciplinarização; nascimento duma nova configuração no terreno onde se cruzam os poderes político-administrativos e as ciências da informação, da comunicação e dos sistemas bioantroposociais. Não são os corpos drogados o laboratório vivo onde os códigos biológico e sociocultural se desprogramam e reprogramam?

RESUMO

O mundo do patológico e o mundo das ciências eram ainda no final do século XIX do reino da vida, entidades cujo destino era marcado por transcendências reguladoras-normativas de suas géneses, evoluções e funcionamentos. Racionalidade biológica. Porém outra racionalidade emerge dissolvendo a individualidade nos sistemas socio-antropo-biológicos. As desordens, o mundo em que emergem, e as ciências que as conhecem e regulam são hoje sistemas, comunicações e informações. Os dispositivos da criança anormal no final do século XIX e da toxicomania hoje, verificam, realizam e revelam, enquanto objecto particular, este deslocamento geral de racionalidade.

RESUMÉ

Le monde du pathologique et le monde des sciences étaient encore, à la fin du XIX siècle, du règne de la vie, des entités dont le destin était marqué par des transcendences regulatrices-normatives de leurs genèses, évolutions et fonctionnements. Rationalité-biologique. Cependant, une autre raciona-

lité emerge qui dissout l'individualité dans les systèmes socioantropobiologiques. Les desoudres, le monde où emergent, et les sciences qui les connaissent et regulent sont aujourd'hui des systèmes, communications et informations. Les dispositifs de l'enfant anormal, à la fin du XIX siècle et de la toxicomanie aujourd'hui, verifient, realisent et revelent en tant qu'object particulier, ce disloquement général de rationalité.

A
S
S
I
N
E

D
I
V
U
L
G
U
E

ANALISE PSICOLÓGICA

Distribuição:



assírio e alvim

Rua Passos Manuel, 67-B

1100 LISBOA



INSTITUTO SUPERIOR DE PSICOLOGIA APLICADA

TORNE-SE LEITOR DA BIBLIOTECA DO ISPA

(Pavilhão Escolar da Feira Popular, Av. da República, Telef. 76 87 79)

Últimas publicações periódicas recebidas:

BULLETIN DE PSYCHOLOGIE

Vol. 35 — N.º 17-18 — Sept./Oct.

CHILD DEVELOPMENT

Vol. 53 — N.º 3 — June 1982

CHILD DEVELOPMENT — abstracts and Bibliography

Vol. 56 — N.º 3-4 — June/August 1982

COGNITION

Vol. 12 — N.º 2 — September 1982

DEVELOPMENTAL PSYCHOLOGY

Vol. 18 — N.º 5 — September 1982

EDUCATIONAL PSYCHOLOGY

Vol. 2 — N.º 1 — 1982

EUROPEAN JOURNAL OF SOCIAL PSYCHOLOGY

Vol. 12 — N.º 3 — July/September 1982

JOURNAL OF ABNORMAL PSYCHOLOGY

Vol. 91 — N.º 4 — August 1982

JOURNAL OF EDUCATIONAL PSYCHOLOGY

Vol. 74 — N.º 4 — August 1982

JOURNAL OF OCCUPATIONAL BEHAVIOR

Vol. 3 — N.º 4 — October 1982

JOURNAL OF PERSONALITY AND SOCIAL PSYCHOLOGY

Vol. 43 — N.º 3 — September 1982

**MONOGRAPHS OF THE SOC. FOR RESEARCH
IN CHILD DEVELOPMENT**

Vol. 47 — N.º 4 — 1982

PSYCHOLOGICAL ABSTRACTS

Vol. 68 — N.º 1 — July 1982

REVUE INT. DU TRAVAIL

Vol. 121 — N.º 5 — 1982

SOCIOLOGIE DU TRAVAIL

2/1982 — Avril/Mai/Juin

Horário:

Das 10.30 às 13.00 horas

Das 16.30 às 20.00 horas

CONTRIBUA PARA TRANSFORMAR A BIBLIOTECA DO ISPA NUM CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO VIVO E ACTUALIZADO. UTILIZE A INFORMAÇÃO AO SEU DISPOR. ENVIE SUGESTÕES E ESTEJA ATENTO AS NOSSAS PROPOSTAS